

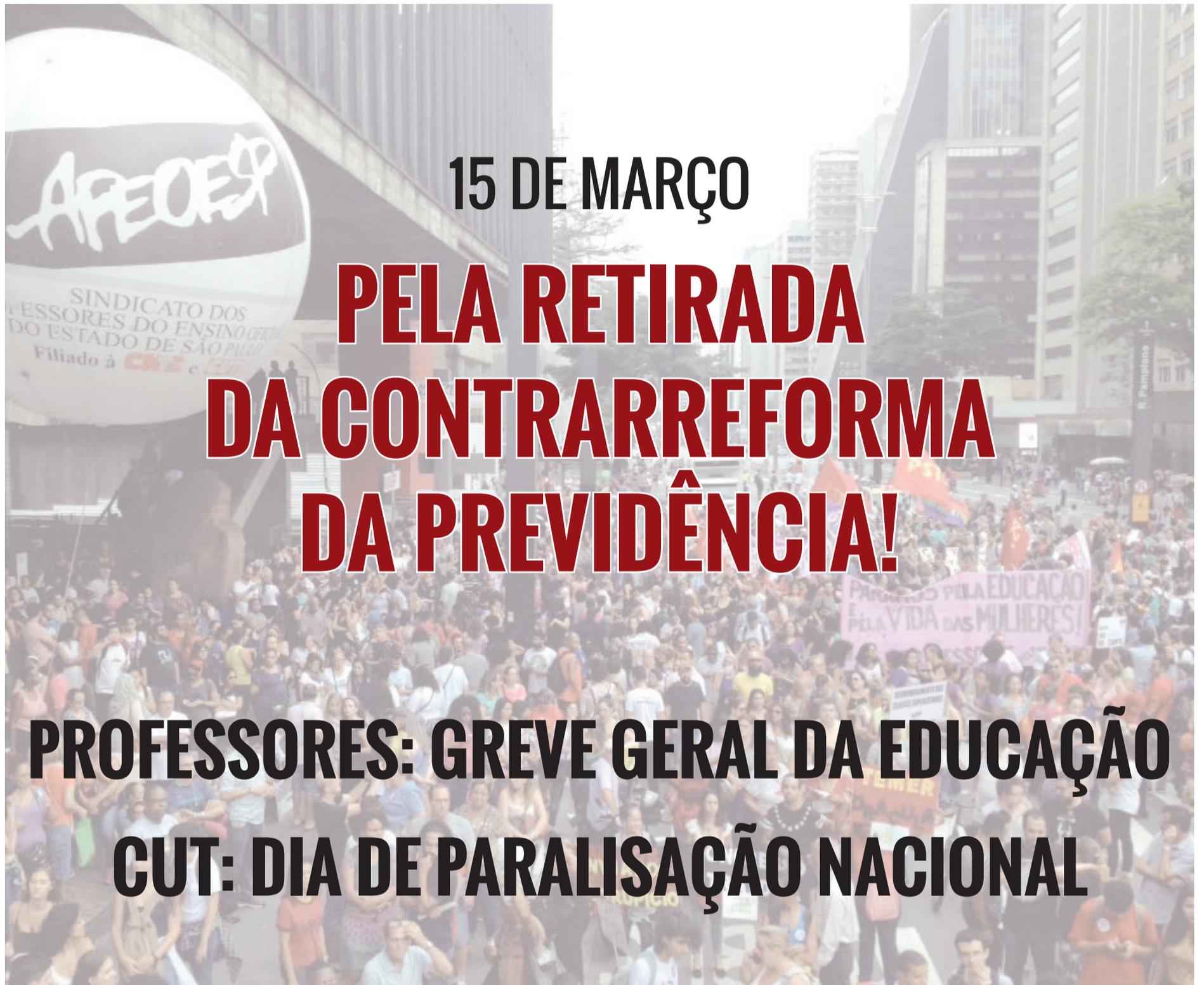
O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 802 - de 9 a 23 de março de 2017



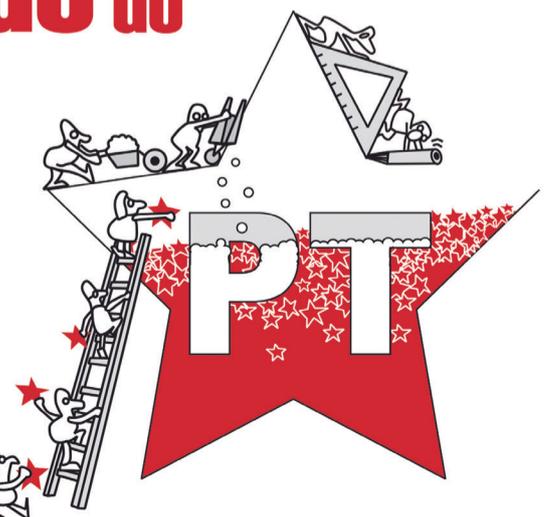
15 DE MARÇO

**PELA RETIRADA
DA CONTRARREFORMA
DA PREVIDÊNCIA!**

**PROFESSORES: GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO
CUT: DIA DE PARALISAÇÃO NACIONAL**

UNIDADE pela **Reconstrução** do

**CHAPAS INSCRITAS AO 6º CONGRESSO
ENTRAM EM CAMPANHA**



Com forte repressão, Reitoria da USP aprova teto de gastos

Zago recorre à PM para aprovar medidas de sucateamento da universidade

A Polícia Militar reprimiu e deteve, pelo menos três estudantes e um funcionário, durante um ato no último dia 7, na USP, antes da reunião do Conselho Universitário que discutiria os “Parâmetros de Sustentabilidade da Universidade de São Paulo” – o pacote do reitor Zago de arrocho e precarização. Até um estudante que acompanhava feridos no Hospital Universitário foi detido. Uma diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), agredida por cassetete, precisou tomar pontos na cabeça.

A ação violenta da PM foi para garantir que os conselheiros pudessem entrar na Reitoria e realizar a reunião do Conselho. Enquanto estudantes, funcionários e professores apanhavam do lado de fora, o conselho aprovava o projeto do Zago por 52 votos a favor, 32 contrários e 2 abstenções.

A manifestação era para impedir que fosse aprovado, a toque de caixa, o projeto de Zago. Os manifestantes buscavam dialogar com os conselheiros, mas a universidade foi transformada em praça de guerra.

Marco Antônio Zago, reitor escolhido pelos tucanos em 2014, inicia seu último ano de mandato numa ofen-



siva aos direitos dos funcionários da USP. Em consonância com o governo golpista, a reitoria toma medidas que atacam salários e empregos. A reitoria contratou a consultoria internacional McKinsey & Company, uma multinacional dos EUA para analisar uma instituição de ensino público, como uma empresa privada. Na realidade, a crise da USP é de financiamento, não financeira.

Com a crise econômica, a arrecadação do ICMS (fonte de renda que garante o financiamento das universidades paulistas) foi seriamente afetada. Agravando a situação, o governador Alckmin (PSDB) diminuiu a porcentagem do repasse, que hoje é só de 5%, do que é arrecadado no

estado. Nos últimos anos, o orçamento da USP está praticamente estacionado. De 2015 a 2016, foi reduzido em 40 milhões. O imposto é o que garante o funcionamento da Universidade e o pagamento dos seus funcionários.

Ataque às condições de ensino

A despeito desse cenário e da expansão do número de estudantes, a resposta foi tirar do que faltava. Primeiro, com um programa de demissão voluntária para “enxugar” a folha de pagamento. Em seguida, após a contratação da consultoria, um pacote de cortes e um teto de gastos.

Este limite diz que 80% do orçamento é o máximo permitido para a folha de pagamento, caso esse valor ultrapasse 85%, medidas de arrocho estão autorizadas. Em 2016, a folha foi de 104,95% dos repasses, e a previsão para este ano é de 96,5%, justamente porque não há financiamento suficiente. Os “parâmetros” aprovados incluem a limitação do número de novas contratações, expansão do programa de demissões voluntárias e diminuição da porcentagem de funcionários em relação ao corpo docente. Os mais de cinco mil funcionários que garantem

o funcionamento da Universidade são tratados como “excedente” e podem começar a ser demitidos nos próximos anos. Além disso, a reitoria propõe a indexação dos investimentos e contratações ao que é arrecadado pelo ICMS, o que significa retração permanente dos seus quadros.

É evidente que enxugar o quadro de funcionários, piorar suas condições de trabalho, com reflexo nos salários, vai precarizar as condições de ensino, pesquisa e extensão na universidade, com impacto sobre a formação dos estudantes. A USP, maior universidade pública do país, tem 93mil graduandos e pós-graduandos, em 11 campi.

O governo paulista, mesmo antes do golpe, já aplicava o que Temer busca aplicar no país. A resistência às reformas de Zago é a resistência ao “austericídio” que assombra todas as Universidades Estaduais e Federais.

Washington Alves do Nascimento

JR discute Revolução Russa

Atividades de formação são realizadas em vários estados

A Juventude Revolução (JR) decidiu realizar no início desse ano, por ocasião do centenário da Revolução Russa de 1917, uma série de atividades de formação. Apesar das dificuldades de reunir no período de férias e carnaval, mais de 150 jovens participaram das atividades totalmente autossustentadas, que já foram realizadas em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Distrito Federal. Ainda estão previstas atividades em outros estados.

As atividades têm por base o texto “O Que foi a revolução de Outubro” de Leon Trotski, originalmente uma palestra para a juventude da social democracia dinamarquesa sobre, o caráter e as condições nas quais se desenvolveu o maior e mais importante acontecimento do século XX.

Nessas atividades, levantando várias questões, os jovens mostram um vivo interesse em estudar a Revolução Russa, não para repetir de maneira esquemática as mesmas fórmulas dos bolcheviques em 1917, mas para melhor compreender, com a experiência histórica, e se armar para a luta atual contra um sistema que lhe nega qualquer futuro.

Secundaristas falam do apoio à greve da Educação

“Não podemos aceitar os retrocessos e a precarização da educação”

Os trabalhadores da Educação começam uma greve nacional a partir de 15 de março (ver pag.6). Os estudantes, que no ano passado protagonizaram a luta contra a PEC 55 (atual Emenda Constitucional 95) e contra a reforma do ensino médio, agora devem se somar ao movimento realizado pelos educadores, em apoio à luta contra a contrarreforma da previdência. É o que pensam os estudantes secundaristas ouvidos por O Trabalho.



Beatriz Silva

“Não podemos aceitar os retrocessos e a precarização da educação! Nós estudantes devemos somar nessa luta a partir do dia 15, para fazer ecoar cada vez mais o grito ‘Fora Temer, nenhum direito a menos’, tornando-o presente, tanto entre professores, quanto entre secundaristas e trabalhadores. Dizemos basta a tantos ataques! E o primeiro caminho para defender nossos direitos é mostrar nossa garra, em unidade, para derrubar o golpista. Aqui em Guarulhos, como primeiro passo organizaremos um bate papo em uma praça, entre as escolas da região do bairro Cecap, que é próxima de onde estudo, para conversarmos e mobilizar. Estamos chamando estudantes da minha escola, mas também de outras da cidade.” **Beatriz Silva, 15 anos, estudante da E.E. Francisco Antunes, em Guarulhos (SP).**

“Na luta contra as medidas contrárias aos trabalhadores, a juventude sempre buscou jogar um papel importante. A greve geral da Educação



Gabriel L. Greggio

não será uma exceção. É fundamental que os estudantes se aliem aos trabalhadores para conseguirmos desenvolver o combate ao desmonte da previdência e às outras medidas de destruição dos direitos trabalhistas que servem apenas aos interesses do imperialismo. Na minha cidade, o sindicato dos professores vai propor a paralisação tanto dos professores da rede municipal quanto particular, e os estudantes precisam apoiar esse movimento.” **Gabriel Lacerda Greggio, 16 anos, estudante do Colégio N. S. Carmo em Juiz de Fora (MG).**

Ou o Brasil acaba com Temer, ou Temer acaba com o Brasil

Quanto mais sujo e impopular fica, mais o usurpador multiplica esforços para agradar o capital financeiro que o sustenta.

Depois de quebrar o marco regulatório do Pré-Sal em favor das petroleiras estrangeiras, o golpista pôs o país à venda: terras a estrangeiros, PPPs (parcerias público-privadas) e concessões privadas em estradas, portos, aeroportos e saneamento básico, ele quer oferecer tudo.

E barato, porque desde que assumiu, Temer aprofundou a crise na maior recessão da história.

Por isso, as contas nacionais de janeiro bateram o recorde de "investimentos externos" - desnacionalização, na verdade - e as de fevereiro, bateram o recorde de exportação - porque aqui, ninguém tem para comprar!

A soberania nacional está em questão, os direitos sociais estão em xeque.

Cada vez mais odiado pelo povo - e não é só nas pesquisas, pois desde o regime militar um governante não tinha tanto "destaque" num Carnaval, onde não apareceu nenhum bloco "cozinha"! - Temer não tem outra alternativa.

Para não ser abandonado pelo capital financeiro, ele põe toda sua energia na contrarreforma da Previdência e a trabalhista. Temer

e seus comparsas no Congresso Nacional, tentam acelerar a sua aprovação.

De fato, esta é agora a questão central, a derrota da contrarreforma tem tudo para ser o começo do seu fim, a realização do Fora Temer.

NA CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA, EVITAR ARMADILHA DAS EMENDAS

Se o PT e outras forças, a CUT e outras centrais - que hoje chamam a lutar "contra a PEC 287 de desmonte da Previdência" -, exigirem a sua Retirada e se mantiverem firmes evitando a armadilha das emendas do mal-menor, a pretexto da correlação "desfavorável" intra-muros desse Congresso podre, então, a voz do povo se fará ouvir.

A grande luta está aí!

Dia 15 de março começa a Greve da Educação, convocada por tempo indeterminado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE - CUT), respaldada em decisões de assembleias em todo país, com a principal bandeira na rejeição da PEC 287.

Dia 15 de março é também o Dia de Paralisação Nacional, proposto pela CUT e apoiado por várias centrais, frentes e entidades, para "impedir a reforma da Previdência" (Vagner Freitas).

Ambos movimentos apontam uma disposição de luta que, vista a determinação de Temer, certamente terá que ser desenvolvida em mobilização de greve geral para impor a derrota dos golpistas.

Não é fácil, mas é possível, além de necessário!

É neste cenário conturbado que, no PT, estão sendo inscritas as chapas que vão disputar o "processo eleitoral direto" em 9 de abril, rumo ao 6^a Congresso em junho.

As chapas de Unidade Pela Reconstrução do PT saem agora a campo em busca dos votos necessários, propondo a todo o partido entrar a fundo nesta luta social para abrir uma saída política ao sufoco nacional.

"Agindo como o PT agia", os grupos de base do Diálogo e Ação Petista, e as chapas inscritas, se engajam neste combate, para que o PT ocupe seu lugar na luta para pôr fora Temer, antes que ele acabe com o Brasil.

NO PAÍS SOB GOLPE FERMENTAM SINAIS PREOCUPANTES

1. Em entrevista no Valor Econômico (17/02), o Comandante do Exército Gen. Villas Bôas, discorreu sobre a situação política.

Não compete ao comandante do Exército analisar e opinar sobre a situação "somos um país sem um mínimo de disciplina social", eleições presidenciais onde haveria "grande probabilidade de termos candidatos de caráter populista", Lavo Jato "a grande esperança"

O general avalia que somos "um país à deriva" e arremata: "Tem outro componente, que vem de processo histórico recente, das décadas de 70, 80. Até então, o país tinha identidade forte, sentido de projeto, ideologia de desenvolvimento. Perdeu isso. Hoje somos um país que está à deriva, que não sabe o que pretende ser, o que quer ser e o que deve ser". Uma resposta que alenta os que bradam pela intervenção militar. O general diz que compreende que "o desejo daqueles que pedem intervenção militar ao fato de as Forças Armadas serem identificadas como reduto onde esses valores foram preservados. No entendimento que temos, e que talvez essa seja a diferença em relação a 1964, é que o país tem instituições funcionando."

Cala boca general!

2. Em matéria "Rede de Bolsonaro na 'teia' do motim" publicada no estado, se lê: "Um grupo político ligado ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) esteve na linha de frente da comunicação e da logística do motim que parou a Polícia Militar do Espírito Santo no início deste mês, segundo levantamento do Estado em conjunto com uma equipe de especialistas em redes sociais. Entre os nomes que constam desta rede de apoio estão o ex-deputado federal Capitão Assunção e o deputado federal Carlos Marnato (SD-ES), aliados de Bolsonaro no Estado (...) - Capitão da reserva do Exército, o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) tem sua base eleitoral ligada a setores militares, como os ex-policiais identificados na rede de apoio ao motim no Espírito Santo. A maior parte da sua equipe de funcionários na Câmara, inclusive, também formada por pessoas que foram ligadas às Forças Armadas ou polícia".

Memória

MULHERES PAULISTAS DISCUTEM REIVINDICAÇÕES

O 3º Congresso da Mulher Paulista conseguiu ser realizado. Apesar da confusão instaurada através da imprensa entre as duas coordenações que se preparavam para os dias 7 e 8 de março (jornal "Hora do Povo" de um lado e a unidade das demais entidades de outro); e apesar da paralisia da coordenação (...), cerca de 4 mil mulheres levantaram suas lutas (...). No total, 290 delegadas participaram do Congresso (...); as discussões ocorridas nos encontros preparatórios puderam ser aprofundadas, priorizando-se aquelas que realmente interessam à dona de casa, à trabalhadora, à jovem. Entre elas podemos destacar a luta por creches e a discussão sobre a legalização do aborto e o controle da natalidade.

O Trabalho nº 96 - 11/3/1981



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Lula candidato

Para fazer o que não foi feito

Um manifesto de intelectuais (Chico Buarque, Leonardo Boff, Fernando de Moraes e outros) pediu para Lula se lançar candidato a presidente em 2018 “porque ainda é preciso incluir muita gente e reincluir aqueles que foram banidos outra vez”.

A discussão já existia, deve crescer. Sem dúvida, o regime golpista cada vez mais odiado, acentua a busca de uma saída política. E a perseguição jurídico-midiática contra Lula, realça a alternativa temida pela classe dominante.

As pesquisas mostram como a impopularidade de Temer alavanca a candidatura de Lula (e também a do deputado Bolsonaro que se alimenta da desmoralização dos partidos da direita), embora falte um ano e meio para o pleito.

Mas de fato, para os trabalhadores, o quanto antes é melhor, terminar com o desmonte econômico, social e nacional de Temer.

Por outro lado, carente de legitimidade, Temer pode cair antes, sobretudo se a resistência travar a reforma da Previdência e a Trabalhista, sua sustentação no “mercado”.

O menor problema seria descartá-lo, por injunção do Tribunal Superior Eleitoral que julga suas contas de campanha. Tanto que a própria Folha de S. Paulo golpista já diz em editorial que “a cassação da chapa levaria a uma eleição indireta —por um Congresso sob níveis históricos de descrédito— para os postos de presidente e vice. Melhor



Lula no lançamento do 6º Congresso do PT, 19/01/17

seria que uma emenda constitucional impusesse a escolha por voto popular” (3/3/17).

Nessa situação, Lula seria candidato a presidente para fazer o que?

Não poderia repetir 2002, e “reincluir” simplesmente. A situação internacional mudou, não há setor das elites para se “aliar” e - realismo-, tampouco há aquela expectativa de formidáveis ilusões, de que bastaria eleger o “salvador” (nas pesquisas há certa rejeição).

Lula presidente do PT

Por outro lado, com o PT abalado e ameaçado, Lula ser presidente consensual do PT, é uma forma de dar coesão ao partido. O risco da condenação jurídica de Lula é um argumento para a invalidação de sua candidatura, não para a condução do partido, bem

entendido, numa linha de enfrentamento com as instituições golpistas.

A candidatura Lula cruza o debate do 6º Congresso do PT. Em especial sobre o balanço da dupla derrota sofrida na derrubada de Dilma e na eleição municipal. Dela decorrem as tarefas da hora, a luta contra a reforma da Previdência e a Trabalhista - que pede uma greve geral - e o Fora Temer. Necessidades da defesa dos trabalhadores para potencializar a candidatura Lula que pode se colocar de imediato.

Em sintonia, a plataforma da candidatura do PT, Lula, deve superar a do primeiro mandato que, apesar das conquistas, todavia, abriu caminho à maior derrota já sofrida pelo PT. Não preparou o povo para enfrentar as instituições herdadas, optou pela adaptação, com o aliancismo de conciliação,

até que as instituições o derrubaram.

Por isso, o primeiro ponto da plataforma de Lula deve ser a convocação de uma Constituinte Soberana para fazer as reformas que não foram feitas, Política, da Mídia, Tributária, Agrária e outras. Só assim, se criará novas instituições emancipadas da ditadura do superávit para pagar a dívida, compatíveis com um governo popular que ataque a desigualdade na raiz.

Como às vezes diz o próprio Lula, “voltar para fazer o que não fiz”. Ele é o melhor colocado para isso.

Markus Sokol

Ação fascista do MBL contra o PT

Em São Paulo, Juliana Cardoso é alvo de ataque

Em 10 de fevereiro, provocadores Eligados a Fernando Holliday (DEM), vereador e dirigente do fascista Movimento Brasil Livre (MBL) invadiram gabinetes do PT, por ocasião de uma atividade organizada pela vereadora e dirigente do PT, Juliana Cardoso, com a presença do Senador Lindbergh Farias. O mesmo vereador entrou com pedido de cassação de Juliana.

À Rede Brasil Atual, Juliana disse: “O que aconteceu comigo é uma estratégia presente no manual do MBL que é acabar com a esquerda”.

Uma nota assinada por Misa Boito (DR-PT SP) e Barbara Corrales (DM-PT-SP), se solidarizou com Juliana e afirma: “A companheira Juliana é nesse momento o alvo imediato de uma ofensiva que prospera no nosso país, com os golpistas instalados no governo, contra a classe trabalhadora, a juventude e suas organizações. Ofensiva agressiva e discriminatória, típica dos fascistas.

Diante de um governo golpista, que ameaça a nação, os direitos e as organizações – Temer agora anuncia o ataque ao direito de greve dos servidores – estes fascistas do MBL sentem-se à vontade para avançar na ofensiva, como já o fizeram contra os estudantes durante as ocupações de escolas no final do ano passado.

O vereador fascista em vídeo ameaça: ‘o PT que me aguarde!’

Nós respondemos fortalecendo nossa luta, que tem um dia marcado a chamado da CUT e de outras centrais sindicais, em 15 de março (...) Vamos derrotar o golpe e esses grupos fascistas que ele fermenta!”.

Voto em golpista, não!

Bancada paulista na Alesp não pode incorrer no erro que a militância impediu no Congresso Nacional

Em fevereiro, diante da reação militância petista contra a decisão do Diretório Nacional do PT, admitindo a possibilidade, que vinha sendo articulada, de voto em golpistas para presidência da Câmara Federal e Senado, e a bancada federal, na Câmara, decidiu não votar em Rodrigo Maia (DEM).

Em março, são os petistas de São Paulo que estão confrontados ao problema, pois se articula na bancada de deputados estaduais o voto no PSDB para a presidência da Assembleia Legislativa. Três dos 16 deputados do PT, José Américo, Carlos Neder e João Paulo Rillo, estão contra apoiar Cauê Macris (PSDB), para garantir manter o PT na 1ª Secretaria e os cargos que isso oferece, argumento da maioria da bancada para apoiar o golpista, Macris, que declarou à imprensa que “PT e seus associados”, “agem como

um bandido que, ao furtar a carteira de alguém, grita ‘pega ladrão!’” (OESP 20/02).

Em debate promovido pelos deputados Zé Américo, Rillo e Neder (20/02), Misa Boito do DR do PT-SP disse que “existe um golpe de estado no Brasil e isso divide águas”.

“Nenhum acordo com os golpistas na Assembleia Legislativa”

O DZ do PT do Tucuruvi (bairro da capital paulista) adotou uma moção na qual lembra que “o PSDB e seus aliados são os responsáveis há décadas em SP pelos ataques a educação e saúde públicas, aos transportes e habitação, pelo caos na segurança pública e as privatizações”

A moção diz que “é hora do PT virar essa página e romper com a política de conciliação com os partidos golpistas e

adversários dos trabalhadores. É hora de reconstruirmos o PT como oposição de fato ao Alckmin e seu governo, aliados do golpista governo federal. Fora Temer, nenhum direito a menos!”

Iniciativa também tomada por petistas da cidade Guarulhos, entre eles, a vereadora Janete Rocha Pietá e os vereadores Edmilson Souza, José Diniz, Elói Pietá do DN PT, Erika Gomes, Vice-presidenta do DMPT Guarulhos e Luís Carlos dos Santos, presidente do Sindicato dos Bancários da cidade.

No próximo dia 9 está convocado um ato “Petista não vota em golpista”, na Alesp. O DR-PT SP que se reúne em 13 de março está chamado à responsabilidade de impedir o voto da bancada paulista no golpista Macris.

Nilton de Martins

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



AGORA É BUSCAR O VOTO PELA RECONSTRUÇÃO DO PT

Com as chapas inscritas, é hora de discutir com o maior número de filiados

Encerrado o prazo de inscrição das chapas, teremos uma campanha curta, de apenas quatro semanas, para intensificar a luta e buscar votos para as chapas de Unidade pela Reconstrução do PT, que foram inscritas em diversos estados e muitos municípios. A votação ocorre no dia 9 de abril.

Essas chapas, assim como outras de que os militantes do Diálogo e Ação Petista participam, foram construídas com base nos cinco pontos pela reconstrução, incorporados no conjunto ou de forma adaptada nas teses.

- Fora Temer, nenhum direito a menos!
- Chega de conciliação!
- Não participar de governo com golpistas!

- Constituinte para fazer as reformas populares!

- Fim do PED: volta dos encontros democráticos!

Reunido no dia 3 de março, o Comitê Nacional do DAP decidiu iniciar imediatamente uma arrecadação financeira, via facebook, junto a integrantes das chapas e outros militantes, para possibilitar a campanha, com vídeos, cartazes e outros materiais.

O Comitê Nacional orienta os apoiadores do DAP a realizar, o mais rápido possível, reuniões estaduais, municipais e zonais de nossas chapas, para deflagrar a campanha pelos votos, que elegerão os diretórios municipais e os

delegados aos encontros estaduais. Estes, por sua vez, elegerão os delegados ao 6º Congresso Nacional do PT.

Daí a importância de ir discutir com a base, apresentar as propostas e conquistar cada voto, para reconstruir o PT como autêntico instrumento de luta da classe trabalhadora!

Na batalha pelo voto as chapas Unidade pela reconstrução do PT estarão engajadas também nas lutas que se avizinham como o dia 15 de março, quando começa a greve geral da Educação, dia que a CUT, com outras centrais, chama uma paralisação nacional. No centro a luta para derrotar a contrarreforma da Previdência.

Na reunião do dia 3, o Comitê Nacional do DAP fez uma primeira discussão sobre a proposta de tese nacional para o 6º Congresso. O prazo para inscrição das teses é no dia 24 de março.

A tese deverá ter como nome “Diálogo e Ação Petista, Militantes Pela Reconstrução do PT”, de modo a facilitar a integração de grupos e militantes que não são do DAP, mas se associaram aos cinco pontos pela reconstrução nas chapas municipais e estaduais.

Nesta edição, e nas próximas, reportamos algumas das chapas que inscrevemos, em matérias enviadas por nossos correspondentes.

Roberto Salomão

DISTRITO FEDERAL



Momento de inscrição da chapa Unidade pela Reconstrução no Distrito Federal

Com 104 nomes, foi inscrita a chapa Unidade pela Reconstrução para eleição de delegados ao encontro do Distrito Federal.

O DAP também está na disputa em 10 zonais: três com chapas “puras” do DAP-Reconstrução e sete em composição com as mais diversas forças do PT. Em todas elas foram apresentados os cinco pontos pela reconstrução que,

sob diversas formas, foram incorporados, em alguns casos com emendas de acordo.

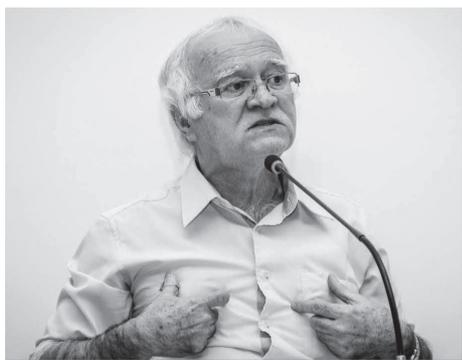
Esse resultado é uma vitória do esforço de mobilização da militância petista que luta pela reconstrução do PT.

Vencida esta etapa, agora são apenas quatro semanas de intensa campanha buscando cada voto, com base nos cinco pontos pela reconstrução.

PERNAMBUCO

Em Pernambuco, o Diálogo Itinerante (formado pelo DAP, o coletivo Quilombo Petista e o ex-deputado federal Fernando Ferro) compõe a chapa de unidade para delegados ao encontro estadual Unir para Fortalecer, Lutar e Vencer. A chapa integra as principais correntes do PT e foi construída com base em uma tese que contém, de forma adaptada, os cinco pontos pela reconstrução do PT.

Em Recife e Jaboatão dos Guararapes (Região Metropolitana), além de Gravatá (Agreste), o Diálogo Itinerante participa de chapas de acordo com outras forças que integram os cinco pontos pela reconstrução. Em Lagoa de Itaenga (Mata Norte), foi inscrita uma chapa única do



O ex-deputado federal Fernando Ferro, do Diálogo Itinerante

DAP, sobre a base dos cinco pontos. Em Serra Talhada (Sertão), o DAP compôs uma chapa única com a Articulação de Esquerda.

MINAS GERAIS

ODAP inscreveu chapa de delegados ao Encontro Estadual com mais de 100 militantes, um resultado que expressa o combate realizado pelo DAP em apresentar os 5 pontos para construção de chapas de unidade. Militantes do DAP estão participando em três chapas municipais e duas zonais.

O companheiro José Aquino, militante histórico e ex-presidente do PT de Uberlândia, resume o combate do DAP em Uberlândia:

“Diante da crise que a gente está vivendo, vários militantes procuraram se unir porque sentiam a necessidade de recuperar o nosso partido para enfrentar o momento que estamos vivendo. O DAP foi um ponto de apoio para fazer esse debate. E o importante é que isso foi feito com a preocupação de fazer discussões políticas com os militantes. Buscamos a unidade, mas a partir de propostas claras: mudar a política de alianças do PT que nos levou a essa situação; colocar o



José Aquino

partido na frente da luta pelo fora Temer e contra as reformas que estão aí, mas também afirmando que é preciso reconstruir o partido com a preocupação de abrir espaço para a militância, sem amarrar tudo a acordos por cima. O fato é que esse debate construiu o DAP e motivou militantes para além dele. Continuamos lutando pela unidade, mas com quem quer preservar o PT. Tem gente que ainda não aprendeu com o golpe e continua defendendo alianças com golpistas. Com esses não dá para ter acordo!”

RIO GRANDE DO SUL

Achapa Unidade pela Reconstrução foi inscrita no Rio Grande do Sul, com 114 nomes de 20 cidades. Um dos organizadores da chapa é o companheiro Clóvis Ilgenritz, fundador do PT e seu primeiro tesoureiro, além de Paulo Faria, membro da Executiva da CUT/RS, os vereadores Dudu de São Leopoldo e Ciro Nunes de Santa Vitória do Palmar, além de vários militantes históricos do partido.

Chapas municipais de Unidade pela Reconstrução foram inscritas em Porto Alegre, São Leopoldo e Portão.



Clóvis Ilgenritz, fundador do PT

Toda força na greve geral da CNTE

Trabalhadores em educação realizam assembleias em 8 de março e iniciam greve nacional no dia 15

No fechamento dessa edição, em estados e municípios de todo o país, os profissionais em educação realizavam assembleias para deliberarem sua entrada na greve geral da Educação em 15 de março, proposta adotada pelo 33º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), em janeiro desse ano. No centro está o combate contra a contrarreforma da previdência, que é um verdadeiro desmonte dessa conquista e acaba com a aposentadoria especial dos professores, conforme o conteúdo da PEC 287 do ilegítimo governo Temer.

Na reunião de 17 de fevereiro do Conselho Nacional de Entidades da

CNTE, dos 50 sindicatos filiados, 36 já haviam aderido ao calendário proposto para todo o país.

A vitória da greve dos servidores de Florianópolis, contra a aplicação da política de ajuste fiscal (ver abaixo), demonstra o caminho de luta a ser seguido pelos profissionais em educação e o conjunto da classe trabalhadora.

As diversas atividades que vêm sendo realizadas por sindicalistas da base da CNTE nas escolas, para discutir a reforma da previdência com a população, que segundo pesquisas rejeita a contrarreforma em 80%, demonstram que a constituição de comitês com a comunidade escolar é um bom caminho para engrossar a luta.

A greve da educação pode ser também um importante ponto de apoio para a construção da greve geral, por nenhum direito a menos, como vem propondo a CUT, que convoca no 15 de março um Dia nacional de paralisação por “Nenhum direito a menos!”.

O início da greve nacional da Educação em 15 de março, por tempo indeterminado, é um importante sinal de unidade e coesão da categoria para combater o desmonte da Previdência e defender suas pautas específicas. A tramitação da PEC 287 está a toque de caixa, o que não permite qualquer vacilo com calendários alternativos, seja que pretendam antecipar a greve (como querem setores ligados à Conlutas) ou que de antemão pretendam

limitá-la no tempo (como 10 dias, que é o caso da APLB baiana, filiada à CTB).

Em toda parte, a categoria vem se manifestando contrária às piores das condições de trabalho impostas à educação pública pela política de Temer, o que certamente se agravará com a imposição das regras que levarão todos a trabalharem até morrer. Como disse o Presidente da CNTE, Heleno Araújo, a “percepção é de que a necessidade é maior do que as dificuldades, pois se passar a reforma da previdência a situação pode piorar ainda mais”.

É hora, portanto, de concentrar toda a força na greve geral da Educação!

Nelson Galvão

Servidores de Florianópolis impõem recuo ao prefeito

Sindicalista explica o movimento que derrotou medidas de ajuste fiscal

Os servidores municipais da capital catarinense impuseram uma derrota ao Prefeito Gean (PMDB), obrigando-o a recuar das duras medidas contra os servidores e serviços públicos, que já haviam sido aprovadas na Câmara Municipal, no início do ano, apesar das mobilizações contrárias da categoria. Depois da aprovação, os servidores reforçaram a luta e, com 38 dias de greve, demonstraram que é possível impor derrota à política de ajuste que ameaça os municípios, estados e o país.

O Trabalho ouviu Renê Munaro, eleito pela categoria como membro da mesa de negociação e coordenador do agrupamento sindical “Unidos Vamos à Luta”. Entrevista feita por João B. Gomes.

O Trabalho - O que motivou a greve?

Renê Muraro - No início do mandato, ainda com a Câmara em recesso, o prefeito Gean enviou um pacote, em regime de urgência, com 36 projetos com medidas de austeridade que cortava direitos econômicos e sociais dos trabalhadores (revogação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, fim da incorporação das gratificações inerentes aos cargos na aposentadoria, fim dos adicionais por tempo de serviço, fim da licença prêmio, fim das férias de 65 dias das auxiliares de sala na educação, fim da antecipação do 13º. salário para gestante ou companheiro a partir do sétimo mês de gestação, entre outros). O pacote atacava também a Previdência pública com a criação do regime complementar, instituiu teto salarial do INSS, e preparava a privatização da COMCAP (empresa de limpeza pública) e dos serviços públicos em geral.



Fotos: SintraseM



Acima, Renê intervindo em assembleia da categoria. Abaixo servidores tomam as ruas de Florianópolis

OT - A categoria foi à greve com determinação, mas porque a COMCAP não parou?

RM - A adesão à greve foi a maior na história da categoria. Cerca de 90% dos cerca de 10.000 trabalhadores da base estiveram presentes no movimento.

A COMCAP fez 24 horas de paralisação no dia da votação dos projetos, porém na luta pela revogação das leis aprovadas, quando a categoria decidiu realizar um ato nacional de apoio a

greve (16/02), o prefeito, num primeiro recuo, enviou uma emenda no artigo das PPP's (Parceria Público Privada) excluindo a COMCAP do pacote, fruto da pauta da greve.

Na assembleia de deliberação da greve, os trabalhadores da COMCAP, por 60 a 40%, decidem não aderir. Isso se deveu, na minha opinião, após conversa com muitos trabalhadores antes da assembleia, à falta de informação sobre as reais consequências do ajuste

fiscal para a classe trabalhadora e a fragilidade dessa emenda enviada pelo prefeito, porque a lei das PPP's não seria revogada. Acho que a direção do sindicato, SINTRASEM, (dirigida pela EM-Esquerda Marxista), deveria ter produzido um material específico para a COMCAP nesse caso.

OT - O movimento obrigou o prefeito a recuar, e agora, quais os próximos passos?

RM - Após 38 dias de greve e aproxi-

mando-se do carnaval, a cidade estava a beira do caos e o prefeito foi obrigado a recuar. Protegido pelo judiciário para que pudesse girar o discurso de que não tinha dinheiro, numa audiência de negociação chamada no judiciário estadual, onde foi feita uma proposta de acordo, o prefeito alterou toda a lei que retirava direitos econômicos e sociais e restabelecia, total ou parcialmente, a maioria dos direitos atingidos. Com base nesse acordo ele enviou um novo Projeto de Lei para Câmara que também retira o projeto da previdência complementar e os processos contra a nosso sindicato.

Em assembleia, no dia 23 de fevereiro, a categoria aprovou a saída da greve com manutenção do estado de greve para acompanhar a votação, na Câmara Municipal do novo Projeto de Lei. Vamos ficar atentos para que não tenha emendas que descaracterizem o acordo que foi a base do projeto. A categoria agora também se prepara para garantir, na data base (1º de maio) o cumprimento do acordo.

A assembleia deliberou também uma paralisação de 24 horas no dia 15 de março, atendendo ao chamado da CUT e outras centrais. A vitória que tivemos contra o PMDB local e seu plano de retirada direitos é um ânimo para a luta para impedir a aprovação dos projetos do golpista Temer da contrarreforma da Previdência e trabalhista. Até para garantir a vitória que tivemos aqui, é fundamental derrotar esses projetos no Congresso. A CUT e sindicatos filiados deram apoio na sustentação da nossa greve, agora estaremos juntos no dia 15.

15 de março é Dia Nacional de Paralisação!

Não há nada a negociar nas contrarreformas da Previdência e trabalhista

O 15 de março, proposto pela CUT (ver OT 801), acabou sendo endossado pelas demais centrais sindicais, mas com diferentes nomes (dia de luta ou de mobilização).

A CUT, por seu lado, chama a sua base para um Dia Nacional de Paralisação em 15 de março, centrado na retirada da PEC 287 de desmonte da Previdência Pública, mas também contra o PL 6787 de ataques aos direitos trabalhistas (negociado sobre o legislado, trabalho a tempo parcial ou temporário, etc).

Com efeito, não se pode aceitar negociar direitos já existentes, pois, como disse o presidente da CUT, Vagner Freitas, não se pode entrar no “canto da sereia” de “homologar a retirada de direitos dos trabalhadores”.

Emendas para minorar prejuízos?

Não é o que pensam dirigentes de outras centrais, como a Força Sindical e UGT, que posam de contrários à “reforma da Previdência”, mas que propõem emendas para minorar prejuízos – que continuariam existindo – para os trabalhadores.

O deputado Paulinho da Força (SD), por exemplo, apresentou emendas para diminuir a idade mínima de 65 anos para 60 para homens e 58

para mulheres (hoje não existe idade mínima); substituir os 49 anos de contribuição para aposentadoria integral (hoje 35 anos para homens e 30 para mulheres) por uma fórmula que atinge 60% de seu valor após 25 anos, com 1% a mais por ano adicional de contribuição.

Outra variante, adotada por algumas confederações ou federações, é a de procurar deputados que apresentem emendas tirando o setor que representam do alcance da PEC 287. É o caso de setores da Contag (rurais, como no RS) e da Contee (trabalhadores no ensino privado). Posição que enfraquece e confunde uma luta que é do conjunto da classe trabalhadora. O que se trata é de exigir a retirada dessa PEC!

Toda a força na paralisação, rumo à greve geral

Ainda que haja dificuldades com a alta no desemprego e recessão que o país atravessa, se impõe aos dirigentes e ativistas sindicais a necessidade da mais ampla mobilização para paralisar o trabalho em 15 de março. É o futuro dos direitos da classe trabalhadora que está em jogo!

A mobilização puxada pela CUT-RS levou à formação de comitês em defesa da Previdência e dos direitos trabalhistas

em dezenas de municípios, ampliando a luta para setores populares e atraindo as bases de outras centrais, um exemplo a ser seguido.

As frentes Brasil Popular e Povo sem Medo já se somaram à mobilização para o 15 de março que incluirá, em todas as capitais, grandes atos contra as “reformas” que Temer encaminha a serviço dos interesses que bancaram o golpe (banqueiros e empresários). A hora é agora!

Terceirização e ataques à CLT podem vir antes

A imprensa divulga que Temer exigiu de sua base não ceder a mudanças na PEC 287 (Previdência). Também registra que pode ser votado o PL 6787, que rasga a CLT, antes mesmo dessa PEC!

Rodrigo Maia (DEM), pautou na Câmara a votação da terceirização ilimitada para 7 de março, com base no PL 4302/98 da época de FHC. Uma



reunião com as centrais no dia 6 levou Maia a suspender tal votação e dar um prazo de 30 dias para se retomar a discussão do famigerado PL 4330, hoje no Senado. Juruna da Força Sindical, em nota, rejeita o substitutivo do senador Paim (apoiado pela CUT) como base para a discussão, defendendo as “garantias” do PL 4330.

Ao mesmo tempo, três centrais (Força, UGT e CSB) indicam apoio à contrarreforma trabalhista, com algumas emendas. A CUT deve delimitar-se desses pelegos e reafirmar o “Nenhum direito a menos”.

Lauro Fagundes

“Fora, Temer!”: o grande grito do carnaval 2017

Por todo o país, foliões escancararam com humor o repúdio ao presidente usurpador

Nesse carnaval, nas ruas, blocos e cordões pelo país afora, apareceram todos os tipos de manifestações populares pelo “Fora, Temer”. Seja em cima, pela boca de cantores consagrados e puxadores de samba dos carros de som, seja no chão, entre o pessoal da bateria, em faixas ou pintado no corpo dos foliões, o repúdio da população ao presidente usurpador não deixou dúvidas da sua impopularidade e do reconhecimento de sua completa ilegitimidade. O “Fora, Temer!” foi o grande hino e o grande grito deste carnaval. Pegou tanto que, no Rio de Janeiro, faixas “Fora, Temer” foram um dos itens que mais fizeram os vendedores ambulantes faturar.

Já na sexta-feira de carnaval, dia 24, em Salvador, o cantor Russo Passapuso, da banda BaianaSystem, puxou o grito entre milhares de foliões: “Fascistas, golpistas, não passarão. Agora assim: fora...” e o povo completou “Fora, Temer!”. Isso tudo passou ao vivo, na TV.

Muitos outros cantores e artistas, como Caetano Veloso, Tom Zé, Daniela Mercury, Jards Macalé, Teresa Cristina, se manifestaram ou acompanharam a manifestação dos foliões.

Blocos com nome como “Me beija



Bloco de Belo Horizonte, mais um do Fora Temer

que eu não sou golpista”, de Belo Horizonte, fizeram a festa dos foliões. Em São Paulo, Recife, Olinda e onde mais se pulasse o carnaval viu-se placas e faixas pelo “Fora, Temer!”.

No “bloco das Carmelitas”, do Rio, a letra do samba associou o “Fora Temer” ao “Fora Pezão que não paga o servidor” e à luta “contra o fim da aposentadoria”.

A mídia golpista tentou, mas não conseguiu, esconder os protestos de rua. A Globo, em seu horário nobre, não pode deixar de registrar o grito dos

foliões. Não deu para editar ou disfarçar o carnaval. Houve também repercussão internacional. Matéria no site do PT registrou que os jornais americanos “San Francisco Chronicle”, “The Guardian”, o “Pagina 12”, da Argentina, e a rede de televisão “TeleSUR” noticiaram as manifestações contra o presidente golpista.

“O povo tem a força de mudar: Temer Jamais, Temer Jamais!”

Não é de se espantar que o “Fora, Temer!” apareceu com força no carnaval. A maior festa popular do país tem

uma história política de resistência. No Rio de Janeiro, por exemplo, durante a ditadura militar, muitos blocos foram impedidos de sair às ruas. A ditadura tentava confinar a festa em lugares fechados, pois temia o povo reunido. Foi no processo de redemocratização que os blocos puderam retomar às ruas, muitos deles compostos por foliões que lutaram contra a ditadura e ajudaram a fundar o PT. Esse enredo se repetiu por todo o país.

O carnaval deste ano mostrou de maneira indubitável que o povo não reconhece o governo golpista de Temer. Mais do que nunca, está colocada a responsabilidade para o PT da luta pelo “Fora, Temer!”

Como diz um trecho do samba do bloco de rua “Meu bem, volto já!”, do Rio: “Não caio em golpe barato, malandro de fato não vou envergar. Pimenta pra mim é tempero, não tem desespero, meu bem vai passar. Bato tambor eu vou na fé da bateria, roda baiana chama o santo que me guia. Carrego o meu patuá, axé pro meu Orixá, o povo tem a força de mudar. Temer Jamais, Temer Jamais (ÔÔÔÔ)!”

Francine Iegelski

O retrato do governo golpista

Sob comando do impopular “chefão”, verdadeiras máfias ocupam ministérios e instituições

A ligação do governo Temer -- seus ministros e líderes no Congresso -- com empresas privadas que usam o Estado descaradamente para lucrar é impressionante. Não que em governos anteriores (FHC e Collor sobretudo) não houvesse também tais ligações. Mas o que chama atenção neste governo golpista é a desfaçatez. Vejamos alguns exemplos.

O Ministro da Saúde, Ricardo Barros, é um inimigo do SUS e defensor dos planos de Saúde e da privatização. O maior doador individual da campanha de Barros nas eleições para deputado federal em 2014 foi o presidente do Grupo Aliança, administradora de benefícios de saúde.

O Relator da comissão especial da Câmara que vai analisar a contrarreforma da Previdência, o deputado Arthur Maia (PPS-BA) recebeu várias doações da Bradesco Vida e Previdência (além dos bancos Unibanco, Safra e Santander) nas eleições de 2014 segundo o TSE.

No ministério da Justiça foi nomeado para decidir sobre desapropriações para abrigar as comunidades indígenas justamente o deputado Osmar Serra-



Senadores comemoram a aprovação de Alexandre Moraes para o STF

glio (PMDB-PR), que é diretor jurídico da bancada ruralista -- inimigo dos índios e Sem-Terra e relator da PEC que propõe transferir do Executivo para o Congresso, onde impera, entre outras bancadas, a ruralista, a demarcação das terras indígenas.

Já o secretário da Previdência, Marcelo Caetano, foi denunciado à Comissão de Ética da Presidência por conflito de interesses. Ele é conselheiro da empresa de previdência privada,

Brasilprev. O ministro é o principal articulador da contrarreforma da Previdência de Temer.

Raposa para cuidar do galinheiro

Ministro da Educação, José Mendonça Filho, foi bancado diretamente por donos de escolas particulares -- particularmente pelo dono da Faculdade Maurício de Nassau. Ele, por sua vez, nomeou o empresário educacional (do grupo privado Ser Educacional, um

dos maiores na educação superior do país), Maurício Romão, para a Secretaria de regulação e supervisão, do MEC. Órgão responsável pela licença e autorização para funcionamento de novos cursos. Ou seja, colocou uma raposa no galinheiro: dono de universidade privada para decidir diretamente no órgão responsável pela fiscalização do seu próprio negócio!

No mesmo dia em que foi indicado por Temer para ser o novo ministro do STF na vaga de Zavascki, o então ministro da Justiça Alexandre de Moraes teve de lidar com o questionamento de seu patrimônio. Ele que ficou conhecido pela truculência com a qual reprimiu as manifestações em São Paulo, quando foi Secretário da Segurança do estado, do governador Alckmin, veste agora a toga oferecida por Temer para aprofundar os ataques golpistas do Supremo Tribunal Federal contra a democracia e os trabalhadores.

Não é possível permitir que esta equipe prossiga a pilhagem. Fora Temer é uma necessidade premente para salvar o país, a democracia e a maioria oprimida.

Sob o golpe, situação se deteriora

Ataques aos direitos e desemprego penalizam os trabalhadores

A economia brasileira está derretendo. O PIB encerrou 2016 com uma retração de 3,6% (depois de queda de 3,8% em 2015). Os golpistas e seus apoiadores na mídia e nos “mercados financeiros” repetiram à exaustão nos últimos meses que a recuperação viria com “o novo governo” e suas políticas. Mas, de fato, a situação só piorou. O PIB caiu ainda mais e o desemprego não parou de subir nos últimos 11 meses de Temer.

Desde 2014 os golpistas intensificaram a exigência de um conjunto de medidas que podem ser resumidas em três itens. Primeiro, demandavam a elevação dos juros alegando o combate à inflação -- mas, de fato, objetivando a elevação da renda dos especuladores, credores da dívida pública. Segundo, para garantir que tais juros escorchantes fossem pagos, exigiram cortes brutais de gastos sociais no orçamento público. Por fim, clamavam por uma “reforma trabalhista” que destruísse a CLT e os direitos históricos dos trabalhadores no país. Tudo isso para recuperar a lucratividade perdida com a crise internacional desde 2009. Conquistadas arrancadas durante os governos petistas (elevação dos salários reais, expansão em alguns gastos sociais, lei do Pré-sal etc.), ou mesmo antes (a

própria CLT de Vargas), por limitadas que fossem, não podiam ser toleradas.

Os golpistas sabiam, contudo, que o PT, com sua base social (a CUT e as demais organizações que os trabalhadores construíram nas últimas décadas), são um entrave para seus planos. Assim, não consideravam nem de longe suficientes o ajuste que Dilma -- com seu ministro Levy -- aceitou fazer (para supostamente acalmar os golpistas) com cortes de gastos e elevação de juros.

Medidas brutais, como o congelamento dos gastos sociais por 20 anos, a contrarreforma da Previdência (que permitirá cortar mais gastos sociais ainda) e o anúncio da reforma trabalhista (com a lei das terceirizações tramitando na Câmara) foram vendidas pela mídia e governo golpistas como instrumentos mágicos que permitiriam retomar o crescimento. Em uníssono, eles disseram que tais medidas trariam confiança aos empresários, que voltariam a investir.

Nada mais falso. O quadro só piorou depois da posse de Temer. A queda do PIB se aprofundou -- queda (analisada) de 3,2 % apenas no segundo semestre de 2016.

Em 2016, o consumo das famílias caiu 4,2%; mais do que a queda registrada em 2015 (3,9%). Com uma demanda fraca,

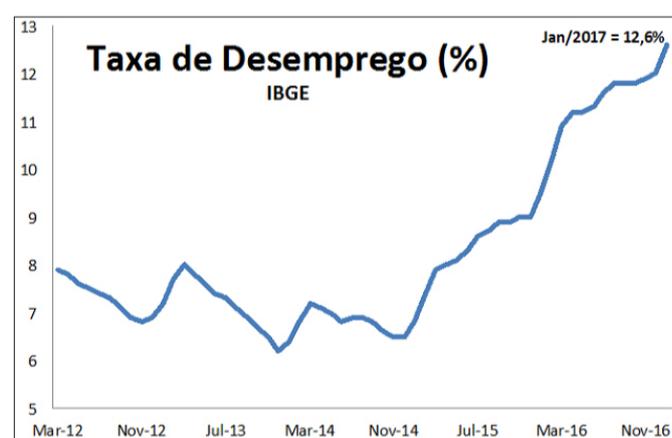
fruto do desemprego e dos brutais cortes de gastos do governo, os investimentos empresariais também despencaram fortemente: uma queda de 10,2% em 2016!

Desemprego

Desde dezembro de 2014, quando se encerrou o 1º mandato de Dilma, as pressões golpistas as fizeram ceder e implementar políticas de ajuste (com o ministro Levy) -- aprofundadas pela Lava-Jato, que paralisou o setor de petróleo --, o desemprego começou a crescer.

O primeiro sintoma foi a destruição de postos formais de trabalho. Nestes 25 meses, até janeiro de 2017, 3,6 milhões de empregos com carteira assinada deixaram de existir (3,6 milhões foram demitidos a mais do que admitidos). Só após o golpe, de maio/2016 até o início de 2017, 1,1 milhão de postos formais foram destruídos.

Uma parte destes trabalhadores arranjaram emprego informal (sem carteira), ganhando muito menos e sem benefícios. Outros continuaram desempregados. A renda das famílias



trabalhadoras caiu significativamente. Muitos jovens, que antes apenas estudavam, começaram procurar emprego. A Taxa geral de desemprego (incluindo com e sem carteira assinada) disparou. Atingiu em janeiro de 2017 o recorde dos últimos 15 anos: 12,6%. A população desempregada no Brasil passou dos 12,3 milhões de pessoas; aumentando 36,0% (ou mais 3,3 milhões de pessoas) em relação ao final de 2015.

Entre trabalhadores na faixa de 14 a 17 anos de idade, a taxa de desemprego atingiu 39,7% no quarto trimestre do ano passado. Já os entre 18 e 24 anos, o desemprego atingiu 25,9% no fim do ano passado, com alta de 6,5 pontos percentuais desde 2015.

A Revolução de Fevereiro cria a dualidade de poderes

Iniciada pelas operárias têxteis em 8 de março, em cinco dias a insurreição foi vitoriosa

Na edição anterior, abordamos os antecedentes da Revolução de Fevereiro, que, no calendário atual eclodiu em 8 de março de 1917 (23 de fevereiro na Rússia da época). Neste artigo utilizaremos as datas do velho calendário, só revogado em 1918 pelo poder revolucionário.¹

Desde 1916, com a Rússia na 1ª Guerra Mundial (1914-18), greves operárias e revoltas camponesas multiplicaram-se contra o envio de 14,6 milhões de homens para o front e a miséria que reinava na retaguarda. Em 22 de janeiro de 1917, aniversário do “Domingo Sangrento” de 1905, 150 mil grevistas demonstraram que não se havia esquecido nem da repressão brutal, nem da experiência que foi a constituição dos primeiros sovietes.



Manifestação das tecelãs de Petrogrado

As operárias de Petrogrado acendem o pavio

Na manhã de 23 de fevereiro, operárias têxteis de Petrogrado entram em greve e decidem manifestar-se. Elas recebiam salários miseráveis e não conseguiam sequer alimentar seus filhos. Sua primeira ação foi ir ao bairro de Vyborg pedir aos operários que as apoiassem, arrastando muitos deles até a Duma² para exigir “Pão”. Trotsky escreveu a respeito:

“O 23 de fevereiro era o Dia Internacional da Mulher. Os elementos social-democratas se propunham a festejá-lo na forma tradicional: com assembleias, discursos, manifestos etc. Não passou pela cabeça de ninguém que o Dia da Mulher pudesse se converter no primeiro dia da revolução. Nenhuma organização fez o chamamento à greve para esse dia. (...) No dia seguinte, omitindo suas instruções, declararam-se em greve as operárias de algumas fábricas têxteis e enviaram delegadas aos metalúrgicos, pedindo-lhes que acompanhassem o movimento (...) é evidente, portanto, que a Revolução de Fevereiro começou de baixo, vencendo a resistência das próprias organizações revolucionárias; com a particularidade de que essa iniciativa espontânea esteve a cargo da parte mais oprimida e coibida do proletariado: as operárias do ramo têxtil, entre as quais há de se supor que houvesse não poucas mulheres casadas com soldados.”³

Os acontecimentos se aceleram

No dia seguinte, a greve ganha toda Petrogrado, somando à exigência de “Pão” os slogans de “Abaixo a Autocracia” e “Abaixo a Guerra”. Diante da multidão, os policiais e cossacos⁴ vacilam. Os manifestantes, em particular as mulheres, buscavam dialogar com eles contra a guerra. Ocorrem episódios em que cossacos recusam atirar contra a multidão e se voltam contra seus oficiais, ou de regimentos de soldados que se juntam, até com banda de música, às passeatas.

Em 25 de fevereiro a greve geral atinge 240 mil trabalhadores na capital imperial. No dia 26, a 4ª Companhia do Regimento Pavlosky – os guarda costas de “Sua Majestade” – rebela-se quando oficiais atiram contra manifestantes, prendendo seus próprios “superiores”.

Em 27 de fevereiro os operários se organizam nas fábricas para sair às ruas e, ao mesmo tempo, outros batalhões se amotinam e se juntam ao Regimento Pavlosky. Tudo converge para uma grande manifestação à tarde.

Em meio à confusão, é designado um “quartel general” com uma dupla função: soldar o bloco de operários e soldados e decidir os pontos estratégicos a serem ocupados: delegacias de polícia, a fortaleza Pedro e Paulo, os arsenais, estações de rádio e o Palácio Tauride, onde se reunia a Duma. Ao anoitecer do dia 27 todos esses objetivos foram alcançados e a insurreição é vitoriosa.

1º de março: constitui-se o soviete de Petrogrado

Nos últimos dias de fevereiro, nas fábricas em greve e nas casernas já surgiam sovietes, mas a data em que o soviete (conselho) de Petrogrado faz sua primeira sessão foi a de 1º de março: uma assembleia de delegados operários e soldados, eleitos nas fábricas e casernas, que toma medidas de emergência e organiza a distribuição de produtos de primeira necessidade. Exigências, como a jornada de 8 horas, são dirigidas e impostas aos patrões apavorados. Moscou também formou seu soviete e ao final de março as principais cidades da Rússia já haviam elegido os seus conselhos.

O soviete de Petrogrado decreta o “Prikaz 1” (palavra russa para “decreto” ou “ordem”) com medidas em favor dos soldados, que passam a eleger seus comitês de representantes que devem obedecer ao soviete e são proibidos de entregar suas armas aos oficiais. O decreto proclama também que a questão da paz deve ser resolvida “sem anexações, nem indenizações”.

O primeiro governo provisório

Deputados da Duma, informados que o czar Nicolau 2º iria anunciar sua abdicação em 3 de março, se apressam em formar, no dia 2, um governo provisório. Presidido pelo príncipe Lvov, um aristocrata latifundiário, com antigas autoridades czaristas e membros dos partidos burgueses “outubrista”

e constitucional democrata (KD, daí cadetes), o primeiro governo provisório vai ter Kerensky, “socialista independente”, como ministro da Justiça. O presidente do soviete, Tchkhaidzé (menchevique), recusa a proposta de entrar nesse governo.

A abdicação de Nicolau 2º foi por ele assinada diante de uma delegação do soviete de Petrogrado. Ele abdica em favor de seu irmão, arquiduque Miguel, mas este se recusa a exercer o poder. É o fim da dinastia Romanov⁵, abalando a Europa e o mundo.

O governo provisório dá anistia aos dirigentes socialistas (bolcheviques inclusive), o que lhes permite entrar nos sovietes. Toma medidas democráticas como as liberdades sindical, de reunião, de imprensa e o fim da pena de morte. Anuncia a convocação de uma Assembleia Constituinte, sem data. Mas mantém a Rússia na guerra, ao lado dos imperialismos inglês e francês, pedindo aos soldados que retornem ao front e aos camponeses que não ocupem terras.

O combate pela paz vai ser um dos principais elementos da situação de dualidade de poderes – opondo os sovietes ao governo provisório - que vai perdurar até Outubro.

Julio Turra

Notas

1. O antigo calendário Juliano, vigente no Império Russo, tinha 13 dias de defasagem a menos em relação ao calendário usado no mundo ocidental (Gregoriano).
2. “As particularidades do desenvolvimento da Rússia”, Tomo 1 – A Revolução de Fevereiro, in “A História da Revolução Russa” de León Trotsky.
3. Leon Trotsky in “A História da Revolução Russa”. Lembremos que bolcheviques e mencheviques eram membros do Partido Operário Social Democrata Russo (POS-DR), daí a expressão “elementos social-democratas”.
4. Os cossacos, povo originário dos limites da Rússia com a Ucrânia, constituíram tropas de cavalaria a serviço do Czar, em troca de privilégios (como não pagar impostos). As unidades cossacas eram usadas nas guerras e na repressão a manifestações (como ocorreu em 1905).
5. A dinastia Romanov governou o Império Russo desde 1613 até 1917, portanto por mais de 300 anos.

O que está em jogo na eleição do Equador

Apoiada pelo imperialismo, direita tenta reverter derrota do primeiro turno

Dia 2 de abril, no segundo turno das eleições presidenciais do Equador, se enfrentam o banqueiro ultraliberal Guillermo Lasso contra Lenín Moreno, candidato da Aliança País, do atual presidente Rafael Correa - que não pode ser reeleito por limitação constitucional.

Lenín Moreno venceu o primeiro turno, em 19 de fevereiro. Com o surpreendente comparecimento às urnas, 87% do eleitorado, ele obteve 39,33% de votos, mais de 10% de vantagem sobre Lasso, segundo colocado, que obteve 28,19%. Pelas regras das eleições no Equador, se além dessa vantagem de mais de 10% Lenín também tivesse atingido 40% dos votos já teria então sido eleito.

Nessa mesma votação o partido Aliança País (AP) elegeu a maioria absoluta da Assembleia Nacional (77 deputados de um total de 137, equivalentes a 56%) e também foi referendada por 55% a 45% uma proposta do governo que proíbe servidores públicos de possuírem bens ou capitais em paraísos fiscais.

Ocorre que também o Equador é alvo de uma brutal ofensiva do imperialismo estadunidense num enredo que se repete em vários países e que se acentua depois da tentativa de golpe de estado contra Correa, em 2010.

Imprensa largamente utilizada para



No 1º turno, 87% do eleitorado compareceu às urnas

a desinformação e desestabilização, acusações de fraude para criar um clima de incerteza, hipócrita campanha "contra a corrupção", alimentada diretamente pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos - na esteira da Lava Jato, o imperialismo se apressa a varrer a presença internacional da Odebrechet que obviamente será substituída por empresas dos EUA.

Tudo sobre um pano de fundo de crise econômica internacional agravada particularmente pelo desabamento dos preços do petróleo do qual depende a economia equatoriana.

E, também como em outros países da região, a ofensiva imperialista se dá numa situação em que o governo

age de maneira contraditória.

Por um lado, o governo Correa, nestes dez anos, aumentou os gastos sociais levando a uma importante diminuição da pobreza, expansão do atendimento médico, inclusão de um grande contingente de crianças nas escolas. Correa também adotou medidas no sentido da preservação da soberania e defesa do patrimônio da nação, além de grandes obras de infraestrutura.

Por outro lado, medidas como a extinção dos contratos coletivos de trabalho do setor público, a ingerência estatal no movimento sindical, a realização parcial da reforma agrária, o congelamento dos benefícios dos aposentados, ao lado da pressão do imperialismo, levaram a um desgaste

de sua base de apoio.

Em consequência, esta é a primeira vez, desde a ampla vitória de 2006, quando Rafael Correa foi eleito, e do plebiscito constituinte de 2007, que a AP não tem assegurada de antemão a eleição presidencial. Já em 2014 o partido havia sofrido derrotas importantes nas eleições municipais, inclusive na capital, Quito.

Nessa situação polarizada, a vitória do primeiro turno com mais de 10% de vantagem chegou a surpreender, contrariando a maioria das pesquisas eleitorais que até poucos dias antes da eleição previam um resultado bem mais apertado.

A explicação está na maciça participação de 87% do eleitorado, indicando que os trabalhadores e os setores populares se mobilizaram na reta final para impedir a vitória do direitista Lasso que pretende destruir os programas sociais, retirar direitos e privatizar tudo.

É essa força, com a qual o candidato Lenín Moreno ainda precisa dialogar, que poderá barrar a ofensiva imperialista, o que passa por derrotar no segundo turno o banqueiro Lasso.

Edison Cardoni

Greve na Argentina une trabalhadores em educação

Roberto Baradel, sindicalista do setor, explica os motivos da luta e destaca a independência do movimento

Nestes dias 6 e 7 de março, os professores realizaram uma greve com grande adesão. Roberto Baradel, secretário-geral do Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Educação de Buenos Aires e dirigente da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA), explica os motivos deste enfrentamento com o governo de Mauricio Macri. No dia 7, ao final de uma marcha convocada pela CGT, sua direção foi duramente cobrada para marcar a greve geral. A entrevista, realizada antes do início da greve, foi publicada no jornal "Informações Operárias", da França.

IO - Quais são os objetivos da greve?

Roberto Baradel - Temos uma plataforma comum dos sindicatos do setor. A questão de fundo é a negociação coletiva, que o governo Macri tenta questionar em nível nacional para retomar a descentralização por departamentos (equivalentes a Estados - NdT). Em 2005, conseguimos fazer aprovar uma lei de financiamento da educação que permitiu, entre outros pontos, que o orçamento da educação passasse de 3,4% para 6% do Produto Interno



Roberto Baradel em reunião de negociação com o governo, 28/02

Bruto (PIB); que a negociação fosse realizada em nível nacional; e que um piso salarial nacional fosse garantido.

IO - Quais são as principais reivindicações?

RB - O governo propôs 18% de aumento de salário, quando a inflação prevista para 2017 é de 25%. Já

perdemos 10% de nosso salário em 2016, porque a inflação atingiu 35%. O governo recusa qualquer reposição de perdas. O que nós exigimos é 25% de reajuste mais a reposição. O governo tenta também avançar em direção à privatização do ensino e prepara uma lei de avaliação de competências, como no México.

IO - O governo diz que a greve é política...

RB - Parte da imprensa afirma que fazemos o jogo dos kirchneristas (fração majoritária do partido peronista - NdT) para tentar enfraquecer o governo. Mas nós somos independentes. Fomos constituídos em 1992, em ruptura com a CGT, declarando-nos estatutariamente como sindicato independente do Estado, dos partidos políticos e dos patrões. Em 2014, organizamos uma greve de 17 dias contra a política educacional do governo de Cristina Kirchner.

IO - Que relações vocês mantêm com as outras centrais sindicais?

RB - Vamos nos reunificar com a outra central sindical de trabalhadores (a

CIA) e coordenamos uma ação comum com a CGT que convoca uma manifestação nacional, em 7 de março, contra a política do governo.

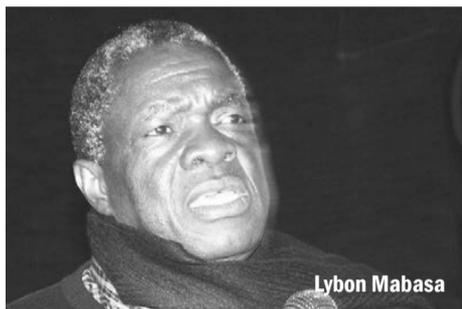
AS CENTRAIS ARGENTINAS

A Confederação Geral do Trabalho (CGT) foi fundada em 1930. Durante o primeiro governo de Juan Perón (1946-1955), a central estabeleceu laços com o Estado, em troca de conquistas sociais. Em 1991, no governo do peronista Carlos Menem, que privatizou grande parte das empresas públicas, várias federações sindicais, entre as quais a da educação, romperam com a CGT, acusando-a de não se opor ao governo. Em 1992, foi formada a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA). Em setembro de 2010, a CTA se dividiu em CTA dos Trabalhadores e CTA Autônoma. Hoje, as duas alas, em vias de se reunificar prepararam a greve conjuntamente.

Na Azânia, a luta por uma nova central sindical

Sindicatos afirmam sua independência em relação ao governo e aos planos do capital

Na Azânia, nome pelo qual o povo negro chama a África do Sul, prepara-se a formação de uma nova entidade dos trabalhadores. Nesta entrevista, o presidente do Partido Socialista da Azânia, Lybon Mabasa, aborda essa questão e a situação geral no país.



Lybon Mabasa

Como está a preparação, na África do Sul, da Conferência Mundial Aberta (CMA)?

Lybon Mabasa – A iniciativa de convocar uma Conferência Mundial Aberta [CMA, ver pag. 12] é extremamente importante para os trabalhadores e os povos do mundo inteiro, especialmente nessa situação de crise aberta e agravada do imperialismo estadunidense, após a eleição de Do-

nald Trump. Estamos numa situação em que as guerras no Oriente Médio têm conduzido ao exílio milhões de refugiados, em que é uma realidade evidente o desmantelamento das nações africanas e as guerras em curso na África. Ela se combina com o aumento do desemprego e das demissões no mundo inteiro. A CMA permite colocar essas questões, não somente em cada país, mas também em escala mundial. Na Azânia, nos dirigimos ao movimento sindical, enviamos o convite às organizações da juventude e nos dirigimos também às organizações políticas para propor a eles o apoio à iniciativa da conferência mundial.

Qual é a situação da central sindical Cosatu?

LM – Desde 1985, a maioria dos trabalhadores da Azânia está agrupada na Cosatu. E, apesar do nosso combate para que a central preservasse sua independência diante do governo e do grande capital, a Cosatu está alinhada à política do Congresso Nacional Africano (CNA), o partido do governo, e igualmente

às exigências do grande capital. Ao longo dos anos, nós assistimos a uma integração cada vez maior da Cosatu aos planos do governo e do grande capital, em detrimento daqueles da central. Cada vez mais os sindicatos têm manifestado seu desacordo com a orientação da central. E chegamos ao ponto em que o governo – no qual a Cosatu está de fato integrada – abriu o fogo sobre os trabalhadores, causando a morte de cerca de 40 mineiros em Marikana, reduto do principal sindicato da Cosatu, o NUM, o sindicato nacional dos mineiros. Os mineiros estão revoltados contra o NUM e sua integração aos planos dos patrões das minas. O NUM não somente não condenou a repressão da polícia e dos patrões, mas se colocou contra os mineiros, usando o mesmo argumento do governo e dos patrões das minas, ao declarar que a greve por melhores salários era ilegal. No congresso realizado após o massacre de Marikana, os trabalhadores disseram claramente que não estavam mais de acordo em apoiar a política do aparelho da Cosatu. As coisas chegaram ao ponto em que a Cosatu

expulsou de suas fileiras Zwelinzima Vavi, que era o seu secretário-geral.

Em que ponto está a constituição da nova central sindical na África do Sul?

LM – Vavi se dirigiu imediatamente para os sindicatos da Cosatu que tinham manifestado seu desacordo com a orientação da central sindical e para sindicatos independentes. São 31 sindicatos que tomaram posição pela formação de uma nova central sindical. A maioria saiu da Cosatu, e os demais são sindicatos independentes. É claro que essa nova central será desde já mais importante do que a Cosatu jamais foi. Os sindicatos comprometidos com a construção de uma nova central afirmaram sua independência e sua recusa a se alinhar aos planos do governo e do grande capital. Agora, os sindicatos estão trabalhando na última etapa de preparação do lançamento da nova central, cujo congresso de fundação acontecerá em 24 de março.

(Entrevista publicada no jornal francês *Informações Operárias*, edição 441, do Partido Operário Independente).

Haiti: chega de ocupação!

Haitianos chamam delegação à ONU pela não renovação do mandato da Minustah

A Coordenação Haitiana Pela Retirada das Tropas da ONU do Haiti, lançou um apelo à solidariedade internacional para construção de uma delegação à ONU (Nova Iorque), para exigir a não renovação do mandato de ocupação do país. Diz o chamado (trechos):

“Há 13 anos a ONU instalou a Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti (Minustah) que não é uma missão de estabilização para o povo haitiano porque a força de ocupação não estabilizou nada no país nestes 13 anos para o povo haitiano que sofre todos os males do sistema de exclusão social, política e econômica.

A Minustah foi instalada ilegalmente no país para:

- Participar da violação dos direitos e liberdades democráticas do povo haitiano e sobretudo do direito à autodeterminação e à soberania;
- Reforçar o aparelho de Estado contra os operários e o povo haitiano;
- Violar os princípios fundamentais da constituição haitiana;
- Facilitar a liquidação das empresas públicas;
- Pilhar os recursos naturais do país.

Há 13 anos, os presidentes sucessivos aceitam assinar a renovação do mandato da Minustah. Tal ato



Há 13 anos, tropas da ONU comandada pelas tropas brasileiras, esmagam a soberania do Haiti

é totalmente oposto à Constituição haitiana que, em seu artigo 263-1, estipula que [além do Exército e das forças de polícia, NdT]: ‘Nenhum outro corpo armado pode existir no território nacional’. Portanto, a presença da Minustah é uma flagrante violação dessa Constituição.

A Coordenação Haitiana também denuncia o comportamento da ONU em relação às vítimas do cólera. Depois de anos de combate a ONU reconheceu que foi ela que introduziu o vibrião do cólera no Haiti por meio do contingente do Nepal. Mas até agora nenhuma medida foi ado-

tada para indenizar todas as vítimas.

A Coordenação Haitiana reafirma com toda clareza que enquanto a Minustah permanecer no Haiti não poderá haver uma verdadeira democracia no país (...) exorta o novo presidente imposto, Jovenel Moïse, a não assinar, pela enésima vez, a renovação do mandato da Minustah previsto para abril de 2017.

Mais do que nunca, o combate pela retirada das tropas da ONU, a indenização das vítimas do cólera deve continuar sem tréguas.

Nós, trabalhadores, operários, camponeses, organizações sindicais,

estudantes engajados, organizações populares, progressistas do movimento democrático, organizações de mulheres, cidadãos dos bairros populares, mais do que nunca, nós apelamos uma vez mais à solidariedade internacional, que nunca nos faltou durante esses anos, para realizar mobilizações continentais contra as tropas da ONU no Haiti.

Mobilizemo-nos para que uma delegação composta de representantes do Haiti, mas também de diversos países do continente, apresente-se à ONU, em 13 de abril de 2017, para exigir a não-renovação do mandato da Minustah”.

Entre os primeiros signatários estão: Jean Bonald Golinsky Fatal, da Central dos Trabalhadores dos Serviços Públicos e Privado (CTSP); David Oxygene do Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade (MOLEGHAF); Moïse Jean Charles, ex-senador do Departamento do Norte, ex-candidato à presidente pela Plataforma Filhos de Dessalines (PPD) e Camille Chalmers, porta-voz do partido RASIN KAN PEP [Raízes do Campo Popular].

Correspondente

9ª Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração



Argel (Argélia), 5 a 8 de outubro de 2017

A Coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT), formada na em Argel (novembro de 2010), reuniu-se em 20 e 21 de dezembro de 2016, e adotou uma declaração e uma convocatória abaixo (excertos). Seus membros são: **Gaby Clavier**, dirigente do Conselho da União Geral dos Trabalhadores da Guadalupe (UGTG); **Geoffrey Excoffon**, do Secretariado do Partido Operário Independente (POI – França); **Tétévi Norbert Gbikpi Benissan**, Secretário do Partido Democrático dos Trabalhadores (PA.DE.T – Togo); **Louisa Hanoune**, Secretária-geral do Partido dos Trabalhadores da Argélia; **Patrick Hébert**, sindicalista (França); **Gotthard Krupp**, da Direção de Ver. di de Berlim, membro da Comissão Operária do SPD Berlim; **Tiyani Lybon Mabasa**, presidente do Socialist Party of Azania (Sopa – África do Sul); **Dan Moutot**, do Secretariado do POI (França); **Salah Salah**, Conselho Nacional Palestino; **Jordi Salvador Duch**, deputado da Esquerda Republicana da Catalunha (Estado espanhol); **Julio Turra**, membro da Executiva Nacional da CUT (Brasil); **Anton Vechkunin**, membro do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (Federação Russa).

Mais de 200 dirigentes e personalidades de 31 países (inclusive 15 brasileiros) lançaram a Convocatória. Nomes, entrevistas e informações serão publicadas nas próximas edições.

DECLARAÇÃO

O estado de choque que atingiu o mundo após o anúncio da eleição de Trump nos remete à imagem impressionante do impasse político no

qual o sistema imperialista entrou.

A guerra se estende, as alianças são feitas e desfeitas ao sabor das circunstâncias. Os orçamentos militares explodem, enquanto a produção estagna, o comércio mundial regride e a miséria cresce em todos os continentes, jogando nas rotas de êxodo, com a guerra e suas devastações, milhões de refugiados e migrantes do Oriente Médio, África e também da Ásia e Europa do Leste.

Ninguém sabe aonde isso vai dar. A incerteza aumenta.

Trata-se do pesado tributo que o poder ilimitado do capital financeiro e de seus procuradores, pretende que a humanidade pague ao infinito para assegurar a sua sobrevivência.

A única certeza é que a classe operária e os povos oprimidos, em defesa de sua sobrevivência, se levantarão contra a ofensiva assassina em curso, e para fazê-lo terão necessidade de organizações independentes nos planos político e sindical.

As declarações dos mais poderosos chefes de Estados, umas mais inconsistentes e contraditórias que outras, não conseguem esconder a realidade: a ordem imperialista mundial, vítima da violência de suas próprias contradições insuperáveis e de sua decomposição, está abalada de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Jamais, para a classe operária dos países imperialistas, bem como para aquela dos países oprimidos pelo imperialismo, as questões políticas mais vitais colocaram-se simultaneamente em termos tão próximos. Sob formas certamente diferentes em todos os continentes, mas próximas no seu conteúdo. Elas se colocam de forma aguda para os mais vulnerá-

veis, a começar pela juventude e as mulheres.

Jamais para a classe operária – única capaz de reunir atrás de si todas as camadas exploradas da população e dos povos oprimidos – a questão do poder colocou-se com tal força.

Com efeito, nos países imperialistas, os velhos partidos que se reivindicavam da defesa dos interesses operários e da democracia e que no presente se consagram abertamente a salvar, sob todas as formas, o sistema capitalista apodrecido, estão inexoravelmente em vias de desagregação. Abandonados ou sancionados nas eleições, eles invocam uma pretensa “direitização” das massas, sendo desmentidos pelos dados que traduzem uma rejeição maior ao sistema capitalista e a todos os governos a seu serviço.

Nos países oprimidos pelo imperialismo, os partidos operários e as organizações que se constituíram na luta pela independência nacional estão chamados, pelo conjunto da situação, a romper com toda acomodação com o imperialismo, para poder jogar um papel positivo no combate de emancipação de suas classes operárias e povos.

Novas forças se levantam em cada

um de nossos países e continentes. Novas possibilidades políticas abrem-se aos militantes e quadros políticos decididos a ajudar a classe operária e os povos oprimidos a agruparem-se com toda sua força, a utilizar as menores brechas abertas por essa desintegração.

Nós os convidamos a participar da CMA contra a guerra e a exploração, para, em comum, passo a passo, sobre a base de nossas experiências respectivas, chegar às orientações políticas capazes de ajudar a classe operária de nossos diferentes países a levantar-se contra a ofensiva que ameaça as organizações sindicais de classe, a preservá-las a fim de ajudar a classe operária organizada a realizar as tarefas que a situação mundial, e em cada um de nossos países, lhe impõem.

Em defesa:

Dos direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras e da juventude!

Da independência das organizações dos trabalhadores!

Dos direitos e liberdades democráticas!

Da soberania dos povos e das nações!

CONVOCAÇÃO

Nós, militantes, sindicalistas, anti-imperialistas, de acordo com toda ou parte desta declaração, consideramos que os problemas colocados estão no coração das preocupações de todo o movimento para resistir e agir em defesa da classe operária, das organizações independentes e das nações oprimidas.

Que primeiras lições podemos tirar dos combates engajados pela classe operária, a juventude e os povos oprimidos neste novo período?

Que lições tirar do posicionamento político de diferentes forças e correntes que se reivindicam do movimento operário e anti-imperialista?

Que lições tirar dos métodos adotados em cada um de nossos países para superar os obstáculos encontrados e dar os primeiros passos sérios no agrupamento em massa da classe trabalhadora no seu próprio terreno?

Como nos apoiar, uns e outros, nessa batalha?

Para debater e encontrar soluções sobre essas bases comuns, assumimos a responsabilidade de convidá-los a participar na conferência mundial aberta de iniciativa do AcIT.

Primeiras adesões no Brasil (a título pessoal): **Jacy Afonso de Melo**, Secretário de formação da Federação dos bancários Centro-Norte (Fetec CN-CUT); **Antonio Amâncio Lisboa**, Secretário de Relações Internacionais da CUT; **Lindbergh Farias**, senador PT-RJ; **Paulo Farias**, dirigente da CUT-RS; **Fernando Ferro**, ex-deputado federal PT-PE; **Luis Eduardo Greenhalgh**, ex-deputado federal PT-SP; **Erika Kokay**, deputada federal PT-Brasília; **Carlos Magno**, vice presidente da CUT-MG; **Eliezer Pedrosa Gomes**, diretor das Relações Internacionais da Confederação dos trabalhadores do comércio (Contracs – CUT); **Sérgio Ronaldo**, Secretário-geral da Confederação dos serviços públicos federais (Condsef – CUT); **Quintino Severo**, secretário de finanças da CUT; **Renato Simões**, membro do Diretório Nacional do PT; **Markus Sokol**, membro do Diretório Nacional do PT; **Júlio Turra**, membro da Executiva Nacional da CUT; **Jandyra Uehara**, secretária de Políticas Sociais da CUT; **Marcelo D'Agostini**, membro do Diretório Estadual do PT-MG; **Ismael César**, membro da Executiva Nacional da CUT.

REVISTA A VERDADE 91-92 EM DESTAQUE, A ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO RUSSA

Destacamos na edição 91-92 de “A Verdade” o rico material sobre a atualidade da Revolução Russa. Para a 4ª Internacional, não se trata de apenas comemorar a data, mas de resgatar as lições políticas que armam o combate da classe trabalhadora nos dias de hoje. O editorial aborda a questão sob a ótica dos desafios do mundo atual. Um texto de Leon Trotsky, “Bolchevismo e Stalinismo” (de 1937), explica como Stálin e seus apoiadores romperam com o bolchevismo para usurpar o poder na URSS, com uma apresentação do texto feita pelo dirigente trotsquista Gérard Bloch, em 1957, desenvolvendo a discussão.

A revista pode ser adquirida com os colaboradores do jornal “O Trabalho”.

Preço: R\$ 20,00.

